

## POBREZA NO PERU: UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL

Adrian Choy Flores<sup>1</sup>  
 Emelyn Glorys Herasme Henríquez<sup>2</sup>  
 Paulo José Miguel<sup>3</sup>

### Resumo:

Entre 2002 e 2013, o Peru consolidou-se como uma nação de renda média alta, com redução significativa da pobreza, de 60% para 24%, e crescimento econômico anual médio de 6,2%, sustentado por políticas macroeconômicas ortodoxas. Contudo, a partir de 2016, a instabilidade política, marcada pela sucessão de sete presidentes, impactou negativamente o crescimento, reduzido para 2,4% entre 2015 e 2024, e dificultou a implementação de políticas públicas eficazes. Este contexto contribuiu para o estancamento da queda da pobreza monetária, que passou a apresentar oscilações desde 2017. Diante disso, o presente estudo analisa a evolução da pobreza no Peru entre 2014 e 2024, combinando a abordagem tradicional monetária com uma análise da pobreza multidimensional em 2024, baseada em dados oficiais do Instituto Nacional de Estadística e Informática. A pobreza multidimensional é destacada como uma ferramenta essencial para compreender as múltiplas dimensões da exclusão social, ultrapassando a mera insuficiência de renda e considerando fatores como educação, saúde e condições de vida. Metodologicamente, o estudo utiliza uma abordagem mista, integrando revisão bibliográfica e análise quantitativa descritiva, buscando evidenciar como a incorporação da perspectiva multidimensional enriquece a análise da pobreza ao revelar vulnerabilidades que a abordagem monetária tradicional não captura.

**Palavras-chaves:** Pobreza monetária e multidimensional; Cesta básica; Necessidades básicas não atendidas; zonas urbanas e rurais.

### POVERTY IN PERU: A MULTIDIMENSIONAL APPROACH

### Abstract:

Between 2002 and 2013, Peru established itself as an upper-middle-income country, with a significant reduction in poverty from 60% to 24%, and an average annual economic growth rate of 6.2%, supported by orthodox macroeconomic policies. However, beginning in 2016, political instability—marked by the succession of seven presidents—negatively impacted economic growth, which declined to an average of 2.4% between 2015 and 2024, and hindered the implementation of effective public policies. This context contributed to the stagnation of monetary poverty reduction, which has shown fluctuations since 2017. In this light, the present study analyzes the evolution of poverty in Peru from 2014 to 2024, combining the traditional monetary approach with an analysis of multidimensional poverty in 2024, based on official data from the National Institute of Statistics and Informatics (INEI). Multidimensional poverty is highlighted as an essential tool for understanding the multiple dimensions of social exclusion, going beyond mere income insufficiency to consider factors such as education, health, and living conditions. Methodologically, the study adopts a mixed-methods approach, integrating a literature review and descriptive quantitative analysis, aiming to demonstrate how the incorporation of a multidimensional perspective enriches poverty analysis by revealing vulnerabilities that the traditional monetary approach fails to capture.

**Keywords:** Monetary and Multidimensional poverty; Basic consumption basket; Unmet basic needs; Urban and rural areas.

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Ciência Política e Sociologia. Sociedade, Estado e Política pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: adrianchoy04@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Especialista em Direitos Humanos. Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Integração Latinoamericana (UNILA). E-mail: emelynherasme@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná. Bacharel em Humanidades pela Universidade Internacional da Integração Afro-Brasileira. E-mail: paulomiguel11@gmail.com.

## **1. INTRODUÇÃO**

Em um período de vinte anos, o Peru conseguiu se consolidar como uma nação de renda média alta. Entre 2002 e 2013, a pobreza foi reduzida de 60% para 24%, enquanto a renda per capita passou de USD 2.126 em 2003 para USD 8.458 em 2024. Esse avanço foi sustentado por um crescimento contínuo da economia peruana, que entre 2005 e 2014 cresceu a uma média de 6,2%, acompanhado por uma gestão ortodoxa das políticas monetária, fiscal e financeira, o que resultou em inflação controlada, baixo endividamento público, reservas internacionais sólidas e um sistema financeiro estável (Banco Mundial, 2025).

No entanto, a partir de 2018, houve um ponto de inflexão na política peruana com a destituição do presidente Pedro Pablo Kuczynski<sup>4</sup> por incapacidade moral, determinada pelo Congresso da República. Desde então, o sistema político peruano tem sido caracterizado por uma profunda instabilidade institucional. Entre 2018 e 2025, houve seis chefes de Estado, dos quais apenas um foi eleito por sufrágio: Pedro Castillo (2021-2022), que também foi destituído sob a mesma justificativa após uma tentativa fracassada de autogolpe de Estado em 2022 (García, 2024; Escobedo, 2023).

Esse cenário de instabilidade política gerou múltiplas repercussões na economia nacional, que começou a desacelerar. Entre 2015 e 2024, o crescimento econômico médio caiu para 2,4% (Banco Mundial, 2025). A constante troca de chefes de Estado impediu a consolidação de políticas eficazes para enfrentar os problemas estruturais do país. Um desses problemas é a pobreza, que, embora tenha sido significativamente reduzida durante as primeiras décadas do século XXI, desde 2017 deixou de apresentar uma tendência de queda contínua, entrando em um ciclo de pequenos aumentos e reduções.

Esse estancamento e até retrocesso na redução da pobreza nos últimos anos obriga a repensar o próprio conceito de pobreza, tradicionalmente associado exclusivamente à falta de renda. Essa limitação conceitual também tem impactos na forma como a pobreza é medida e enfrentada. Diante disso, a adoção de abordagens que considerem as múltiplas dimensões da pobreza tem ganhado importância como ferramenta para captar de forma mais precisa as privações vividas pela população. A partir da década de 2010, observa-se na América Latina uma tendência crescente de incorporação de medições multidimensionais da pobreza, refletindo uma maior preocupação dos Estados com as diversas expressões da exclusão social. Países como México, Chile, Colômbia e Costa Rica implementaram oficialmente o Índice de Pobreza Multidimensional, que passou a orientar não apenas o monitoramento da pobreza, mas também a formulação das políticas públicas mais integradas às realidades locais.

<sup>4</sup> Pedro Pablo Kuczynski foi economista e presidente do Peru entre 2016 e 2018, do partido Peruanos por el Cambio (PPK) de centro-direita. Seu governo destacou-se pela instabilidade política, intensificada pelas denúncias de envolvimento no escândalo da Operação Lava-Jato (investigação de alcance internacional que revelou esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a construtora brasileira Odebrecht e diversos governos latino-americanos). No caso peruano, vieram à tona pagamentos da Odebrecht a empresas ligadas a Kuczynski durante seu período como ministro de Estado (2004-2006), fatos que enfraqueceram sua legitimidade política e mostraram sua limitada capacidade de articulação com o Congresso Nacional, levando à sua renúncia antes do término do mandato.

O presente artigo tem como objetivo analisar a evolução da pobreza no Peru entre 2014 e 2024, utilizando a abordagem monetária para todo o período e incorporando uma análise pontual da pobreza multidimensional referente ao ano de 2024. No mesmo sentido, busca examinar outros modos de pensar a pobreza, para além da visão estritamente monetária, discutindo os limites dessa abordagem tradicional e analisando como a perspectiva multidimensional tem sido aplicada no contexto peruano.

Este estudo, se alinha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, especialmente ao ODS 1 (erradicação de pobreza) e a ODS 10 (redução das desigualdades). O ODS 1 visa eliminar a pobreza em todas as suas formas, enquanto a ODS 10 busca reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles. A análise da pobreza multidimensional no Peru não apenas permite identificar as vulnerabilidades econômicas, mas também evidencia disparidades estruturais associadas a fatores como acesso desigual à educação, saúde, e infraestrutura básica.

Em termos metodológicos, o presente estudo se fundamenta em um desenho de pesquisa misto, que combina uma revisão da literatura sobre pobreza, com ênfase na abordagem multidimensional, e uma análise quantitativa de caráter descritivo. Esta última é desenvolvida a partir de fontes oficiais de acesso público, sendo os principais insumos empíricos os relatórios técnicos e bases de dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística e Informática.

Na primeira seção deste estudo, será realizada uma revisão conceitual sobre pobreza, com especial ênfase na abordagem multidimensional. Em seguida, examina-se como essa abordagem foi adotada na América Latina. Finalmente, analisa-se a evolução da pobreza monetária e multidimensional no Peru, por meio de uma análise descritiva dos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística e Informática.

## 2. ABORDAGENS CONCEITUAIS DA POBREZA

Segundo Sartori (1987), os filósofos costumam classificar as definições em dois tipos: definições estipulativas e definições lexicais. As definições estipulativas correspondem a concepções subjetivas e arbitrárias que uma pessoa formula com base em seu nível educacional, ambiente cultural ou classe social. As definições lexicais, por outro lado, são aquelas que encontramos em dicionários, organismos internacionais ou instituições públicas e destinam-se a estabelecer o significado padrão de um conceito.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2023) pobreza é a condição na qual uma pessoa carece de recursos monetários suficientes para adquirir uma cesta básica de alimentos. Essa definição se concentra primordialmente nas condições econômicas do indivíduo como critério para determinar o que é a pobreza. No entanto, sendo um fenômeno complexo e multidimensional, é importante não o reduzir apenas à falta de recursos monetários. Diversos autores propuseram definições mais amplas, permitindo compreender a pobreza a partir de múltiplas perspectivas, o que é essencial para pensar em soluções mais integradas e eficazes para sua erradicação.

Um autor que se afastou da abordagem puramente econômica é Amartya Sen (2000), que introduziu o conceito de capacidades essenciais como parâmetro para medir se uma pessoa vive em condições de pobreza. Essas capacidades podem ser entendidas

como elementos fundamentais que permitem aos indivíduos levar uma vida digna e funcional. Embora muitas dessas capacidades possam ser supridas por meio do dinheiro —como acesso a alimentos, moradia ou serviços básicos—, Amartya Sen argumenta que existem outras condições fundamentais que não podem ser garantidas exclusivamente pelo poder aquisitivo.

Por exemplo, o desejo de uma pessoa de viajar não depende apenas de sua capacidade econômica, mas também da existência de infraestrutura adequada, como estradas, aeroportos e serviços públicos de qualidade, que somente o Estado pode fornecer (Sen, 2000). Da mesma forma, aspectos não materiais, como a saúde mental, são essenciais para o bem-estar geral e podem ser afetados por fatores que não são resolvidos apenas com dinheiro, como insegurança pública, insatisfação com as políticas públicas, descontentamento com o governo ou o nível educacional oferecido pelo Estado (Sen, 2000).

Outra perspectiva relevante para entender e medir a pobreza é a exclusão social. Segundo Udaya Wagle (2002), podem ser considerados pobres aqueles indivíduos que, apesar de terem empregos bem remunerados e acesso a bens básicos, como alimentação, moradia e vestuário, são privados de participar plenamente das principais atividades políticas, cívicas e culturais. A exclusão social representa uma restrição ao direito humano de se desenvolver integralmente dentro da sociedade, limitando suas liberdades fundamentais.

Para Wagle (2002), quando determinado grupo social é impedido de integrar partidos políticos, ocorre uma concentração de poder nas mãos de uma elite, reduzindo a representação e a participação dos setores mais vulneráveis. Essa falta de inclusão política constitui uma desvantagem significativa, pois impede que esses grupos influenciem os processos de tomada de decisão que afetam diretamente suas vidas. Da mesma forma, a restrição do acesso a atividades cívicas e culturais também gera pobreza, ao limitar o desenvolvimento intelectual e humano, reduzindo o capital social e cultural dos indivíduos.

Em síntese, tanto Amartya Sen (2000) quanto Udaya Wagle (2002) concordam que a pobreza não pode ser compreendida apenas a partir de uma perspectiva econômica centrada na escassez de renda. Ambos propõem abordagens alternativas que buscam capturar a complexidade e multidimensionalidade do fenômeno, expandindo o debate para dimensões mais estruturais, sociais e humanas. Amartya Sem (2000), por meio de sua abordagem das capacidades essenciais, redefine a pobreza como a privação de liberdades fundamentais necessárias para uma vida digna. Para ele, o foco central não é quanto uma pessoa possui em termos monetários, mas quão capaz ela é de exercer suas liberdades básicas: alimentar-se adequadamente, receber educação, participar ativamente da vida social e desfrutar de saúde física e mental, entre outras.

Por sua vez, Udaya Wagle (2002) contribui com uma perspectiva centrada na exclusão social, argumentando que, mesmo aqueles que possuem recursos materiais suficientes podem estar em situação de pobreza se forem impedidos de participar plenamente das esferas política, cívica, econômica e cultural. Sob essa ótica, a pobreza é concebida como uma manifestação da desigualdade estrutural, restringindo o acesso de determinados grupos aos espaços de decisão, representação e desenvolvimento pessoal ou coletivo. Essa forma de exclusão limita as oportunidades dos indivíduos de

exercer seus direitos e alcançar seu potencial, criando condições de desvantagem que vão além do aspecto estritamente econômico.

Ambas as perspectivas concordam que a erradicação efetiva da pobreza requer garantir o acesso pleno aos direitos humanos e aos meios necessários para a participação ativa na vida social. Essa compreensão está alinhada com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelece a erradicação da pobreza como um objetivo central do desenvolvimento sustentável, baseado nos princípios de dignidade humana, inclusão e igualdade de oportunidades (Organização das Nações Unidas, 2015). A pobreza, nessa ótica, deve ser entendida como uma condição de privação de oportunidades fundamentais para o desenvolvimento humano integral, e não apenas como a ausência de recursos financeiros.

## 2.1 GOVERNANÇA, CAPACIDADE ESTATAL E POBREZA MULTIDIMENSIONAL

A pobreza multidimensional, longe de ser apenas o resultado da escassez de recursos econômicos, é profundamente condicionada pela capacidade dos Estados de formular, implementar e sustentar políticas públicas eficazes e inclusivas (Wagle, 2002). A literatura sobre governança e desenvolvimento institucional tem reiteradamente demonstrado que a qualidade das instituições públicas é um determinante central na capacidade dos países de enfrentar a pobreza em todas suas formas (Grindle, 2010; Fukuyama, 2013; Evans, 1995).

A literatura sobre desenvolvimento e governança tem mostrado de forma consistente que a eficácia das instituições públicas é um dos pilares para enfrentar a pobreza em suas múltiplas dimensões. Grindle (2010), por exemplo, alerta que, em países marcados por fragilidade institucional, como é o caso do Peru, nem sempre é realista esperar uma “boa governança<sup>5</sup>” nos moldes ideias propostas por organismos internacionais. O desafio, muitas vezes, é alcançar uma governança suficientemente boa, capaz de assegurar a continuidade de políticas públicas básicas, garantir serviços essenciais e criar condições para reduzir as desigualdades. No entanto, a instabilidade política recorrente e a elevada rotatividade ministerial no Peru acabam prejudicando até mesmo os níveis mais básicos de governança, afetando diretamente as estruturas responsáveis por prover os serviços que sustentam cada dimensão da pobreza multidimensional.

Fukuyama (2013) argumenta que discutir governança não é apenas discutir democracia, transparência ou participação, mas essencialmente avaliar se o Estado possui capacidade operacional para funcionar. Isso significa gerir orçamentos, planejar políticas, garantir sua implementação e prestar serviços públicos de forma eficiente. Quando essa capacidade é frágil, os impactos são visíveis e mensuráveis: sistemas de saúde colapsados, redes educacionais insuficientes, falta de acesso a água tratada e saneamento, informalidade laboral elevada e uma proteção social limitada. Todos esses fatores não são abstratos; eles compõem os indicadores que medem a pobreza multidimensional.

<sup>5</sup> A boa governança implica processos de tomada de decisão transparentes, responsáveis, participativos e regidos por normas e instituições legítimas, orientados ao bem comum e ao respeito ao Estado de Direito (Rhodes, 1996; Pierre; Peters, 2000).

Para Evans (1995), os Estados que conseguem articular uma burocracia relativamente autônoma, mas conectada à sociedade, são mais bem-sucedidos na formulação e na execução de políticas inclusivas. No entanto, quando há descontinuidade administrativa, como ocorre no caso peruano, em que sucessivas trocas de governo e de ministros, desde 2018 até a atualidade, comprometem a estabilidade institucional, isso resulta na perda, por parte do Estado, da capacidade de articulação e planejamento de longo prazo. Isso se reflete diretamente na dificuldade em enfrentar as privações estruturais que caracterizam a pobreza em suas múltiplas dimensões.

A persistência da pobreza multidimensional no Peru não pode ser explicada apenas por choques externos, crises econômicas ou problemas conjunturais. Ela está enraizada em uma estrutura institucional fragilizada, em modelos de governança que falham em oferecer continuidade, equidade e eficiência na gestão pública. A superação desse quadro exige uma transformação estrutural do Estado, baseada no fortalecimento da capacidade burocrática, na estabilidade institucional e na formulação de políticas públicas integradas, capazes de atender de forma simultânea e articulada às múltiplas privações que caracterizam a pobreza multidimensional (Evans, 1995; Sen, 2000).

## 2.2 MEDIÇÃO DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, a definição predominante de pobreza continua sendo a abordagem monetária tradicional. Para medi-la, geralmente são utilizados os parâmetros estabelecidos por organismos internacionais, como o Banco Mundial. Essa instituição emprega diferentes linhas para quantificar a pobreza monetária. A mais reconhecida é a linha internacional de pobreza, atualizada em 2022, que estipula que toda pessoa que dispõe de menos de USD 2,15 por dia vive em situação de pobreza extrema. Segundo o Banco Mundial (2022), essa linha foi projetada principalmente para países de baixa renda. Além disso, o Banco Mundial propõe limites diferenciados de acordo com o nível de renda dos países. Para os países de renda média baixa, a linha de pobreza é fixada em USD 3,65 por dia, enquanto para os países de renda média alta, o limite sobe para USD 6,85 por dia.

Embora no século XXI tenha prevalecido a abordagem econômica na conceituação e medição da pobreza, esse nem sempre foi o paradigma dominante na América Latina. Segundo Boltvinik (2013), no final do século XX prevaleciam dois métodos para medir a pobreza: o primeiro, denominado Linha de Pobreza, utilizado por organismos internacionais como o Banco Mundial, e o segundo, conhecido como Necessidades Básicas Não Atendidas.

A abordagem da Linha de Pobreza se baseia na capacidade econômica das pessoas, estabelecendo um limite monetário específico abaixo do qual se considera que um indivíduo está em situação de pobreza. Esse método enfatiza principalmente métricas financeiras e frequentemente é utilizado com indicadores econômicos para avaliar os níveis de pobreza em diferentes populações.

Por outro lado, a abordagem das Necessidades Básicas Não Atendidas busca identificar se as pessoas têm acesso a condições mínimas de vida, como educação, atendimento médico, água potável ou moradia digna. Esse método não se limita à renda, mas incorpora dimensões sociais, proporcionando uma visão mais abrangente da pobreza e suas múltiplas manifestações.

Apesar de os países desenvolvidos e organismos como o Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) terem oficialmente adotado a abordagem da Linha de Pobreza, na prática, muitos países latino-americanos inicialmente optaram pela abordagem das Necessidades Básicas Não Atendidas (Boltvinik, 2013). O Chile foi pioneiro na adoção dessa metodologia na década de 1970, e seu uso se expandiu gradualmente pela região.

Entretanto, a partir de 1992 começaram a surgir críticas dentro da própria CEPAL ao método das Necessidades Básicas Não Atendidas. Uma das principais objeções era sua integração limitada com outros indicadores socioeconômicos relevantes. Embora oferecesse uma visão mais humanista da pobreza, não conseguia captar aspectos estruturais relacionados à renda monetária, emprego ou produtividade, dificultando sua aplicação em análises comparativas mais amplas (Boltvinik, 2013).

Essas críticas, junto com a crescente necessidade de padronizar indicadores e facilitar comparações entre países e regiões, levaram a uma diminuição no uso da abordagem das Necessidades Básicas Não Atendidas na década de 1990. Paralelamente, o método da Linha de Pobreza foi se consolidando como a ferramenta mais utilizada na América Latina. Essa transição também respondeu a critérios técnicos: a medição baseada na renda era percebida como mais simples de implementar, mais objetiva em termos estatísticos e mais alinhada às metodologias promovidas por organismos multilaterais.

A mudança para a abordagem da Linha de Pobreza também foi influenciada pelo contexto ideológico, político e econômico da região. Durante a década de 1990, o neoliberalismo ganhou ampla aceitação na América Latina. Nesse contexto, muitos países adotaram reformas estruturais e políticas sociais promovidas ou condicionadas por organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esses mesmos organismos impulsionaram a abordagem monetária como a mais eficaz para quantificar a pobreza, incentivando sua adoção nos sistemas estatísticos nacionais.

No entanto, nos últimos anos tem havido um interesse crescente em incorporar a análise multidimensional da pobreza na região. Embora a medição oficial ainda seja centrada na abordagem monetária, diversos países começaram a reconhecer a importância de considerar dimensões não monetárias, como saúde, educação, moradia e participação social. Em muitos casos, a abordagem multidimensional tem sido adotada como um complemento à medição monetária da pobreza, com o objetivo de oferecer diagnósticos mais completos e formular políticas públicas mais integradas.

A seguir, apresenta-se a Quadro 1, na qual foram selecionados sete países latino-americanos para examinar as abordagens utilizadas oficialmente na medição da pobreza em cada um deles. Essa revisão comparativa permitirá evidenciar o grau de avanço e adoção de medições multidimensionais na região.

**Quadro 1:** Comparativo Regional sobre a Medição Oficial da Pobreza e o Uso do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

País	Definição institucional de pobreza	Medição oficial	Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) é complementar ou principal?	Instituição responsável
México	Pobreza é a insuficiência de renda para adquirir uma cesta básica e/ou carências em direitos sociais (educação, saúde, etc.).	Mista (Monetária + IPM)	Ambos, abordagem integrada	Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL) / Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI)
Colombia	Pobreza é a privação de condições mínimas de bem-estar ou rendas inferiores à linha de pobreza.	Mixta (Monetária + IPM)	Complementar	Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE)
Chile	Pobreza é falta de recursos monetários e carências em condições mínimas de vida.	Mixta (Monetária + IPM)	Complementar	Ministerio de Desarrollo Social y Familia (MDSF)
Peru	Pobreza é a insuficiência de recursos monetários para acessar a cesta básica de alimentos e serviços.	Mixta (Monetária + IPM)	Complementar	Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI)
Argentina	Pobreza é não alcançar a renda necessária para cobrir a cesta básica alimentar e não alimentar.	Monetária (única oficial)	Não se aplica	Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC)
Brasil	Pobreza é a insuficiência de renda para superar a linha de pobreza definida nacionalmente.	Monetária; IPM em processo de adoção	Complementar (não oficial)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Costa Rica	Pobreza é a privação em dimensões-chave do bem-estar humano além da renda.	Mista (Monetária + IPM)	Complementar	Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025) com informações do Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (2019); Departamento Administrativo Nacional de Estadística (2025); Ministerio de Desarrollo Social y Familia de Chile (2015); Instituto Nacional de Estadística e Informática (2025, 2023); Instituto Nacional de Estadística y Censos (2016); Serra, Maia, Yalonetzky (2023).

A análise apresentada no Quadro 1 permite observar que vários países latino-americanos, como México (desde 2009), Chile (desde 2015) e Colômbia (desde 2011), adotaram oficialmente o Índice de Pobreza Multidimensional como ferramenta complementar na definição de suas políticas sociais. Essa adoção antecipada não apenas indica uma evolução metodológica, mas também demonstra um compromisso político desses países com abordagens mais integradas e centradas nas necessidades básicas das pessoas.

O Peru, no entanto, seguiu um caminho mais lento. Embora desde 2010 tenha reconhecido formalmente a necessidade de incorporar uma abordagem multidimensional, demorou mais de uma década para produzir e publicar seus primeiros indicadores oficiais. Esse atraso revela as limitações da capacidade do Estado peruano para inovar em matéria de política social, um cenário que só tem piorado devido à instabilidade política dos últimos anos, causando uma falta de planejamento adequado na formulação e implementação de políticas.

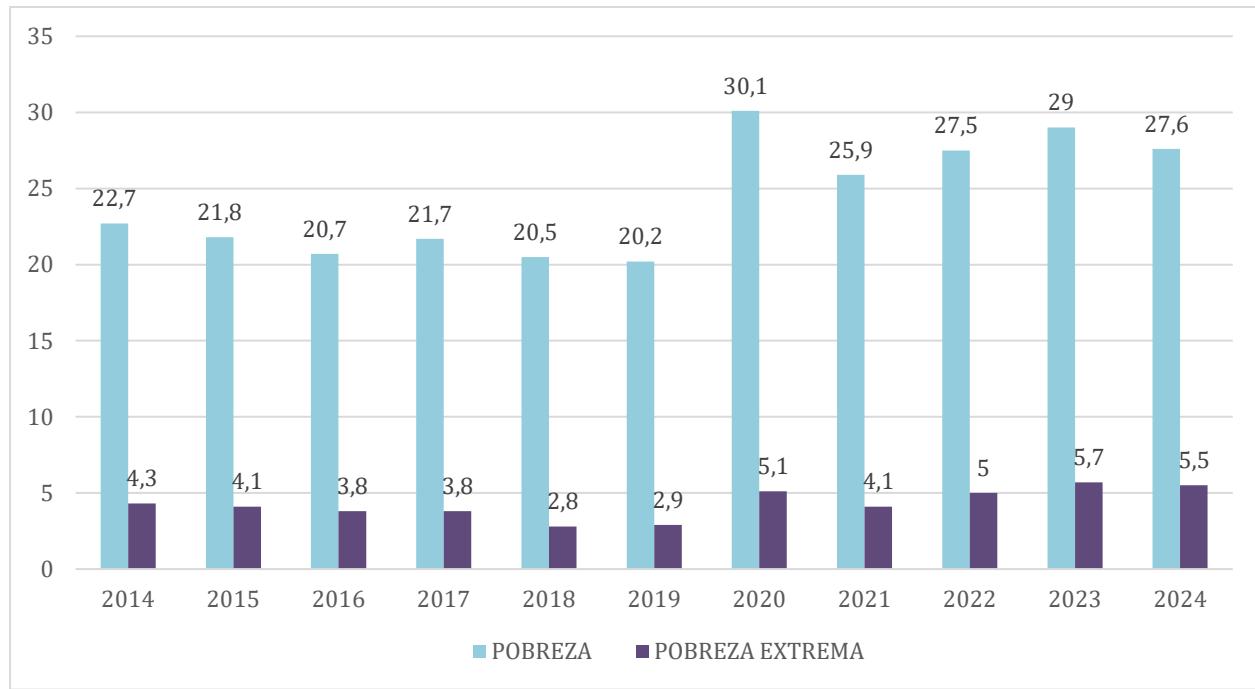
### 3. EVOLUÇÃO DA POBREZA MONETÁRIA NO PERU (2014-2024)

No Peru, a pobreza é definida e medida institucionalmente pelo Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI). Desde 1997, esse órgão aplica a abordagem da pobreza monetária, segundo a qual se considera pobre toda pessoa cujo gasto econômico individual mensal não atinge o limite da pobreza, o que significa que seus recursos são insuficientes para cobrir o valor de uma cesta básica que inclui tanto alimentos quanto bens e serviços essenciais (como moradia, vestuário, atendimento médico, educação, transporte, entre outros). No caso da pobreza extrema monetária, o INEI (2024) a define como a situação em que o gasto per capita mensal é insuficiente para cobrir a cesta básica alimentar.

Para analisar a evolução da pobreza no Peru durante o período de 2014-2024, serão utilizados como fonte principal os relatórios técnicos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística e Informática do Peru, complementados por outras fontes secundárias que possibilitem um aprofundamento da análise dos dados compilados.

A seguir, na Figura 1, apresenta-se a evolução dos níveis de pobreza e pobreza extrema monetária.

**Figura 1:** Evolução da incidência da pobreza e da pobreza extrema monetária no Peru, 2014-2024



Fonte: Elaborado pelos autores (2025) com informações do Instituto Nacional de Estadística e Informática (2025).

Ao analisar a Figura 1, podemos observar que, durante o período de 2014-2019, houve uma redução progressiva da pobreza e da pobreza extrema monetária, com a pobreza caindo de 22,7% para 20,2% e a pobreza extrema de 4,3% para 2,9%. Essa

diminuição foi atribuída ao crescimento sustentado do PIB, que, durante esse período, cresceu a uma taxa média anual de 3% (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2021). Outro fator importante que contribuiu para a redução da pobreza foi a relevância dos programas sociais, especialmente aqueles baseados em transferências monetárias, que desempenharam um papel fundamental na diminuição da pobreza extrema (Correa, 2021).

O ano de 2020 marcou um ponto de inflexão devido ao impacto socioeconômico da pandemia de COVID-19. As medidas de confinamento, a interrupção das cadeias produtivas e o medo do contágio provocaram uma drástica queda nos rendimentos das famílias. Como consequência, a pobreza monetária subiu para 30,1%, e a pobreza extrema monetária alcançou 5,1%. Segundo Huamán (2021), a pandemia de COVID-19 afetou de maneira desproporcional os trabalhadores informais —que representam mais de 70% da força de trabalho no Peru—, os quais dependem de seus rendimentos diáários para subsistir.

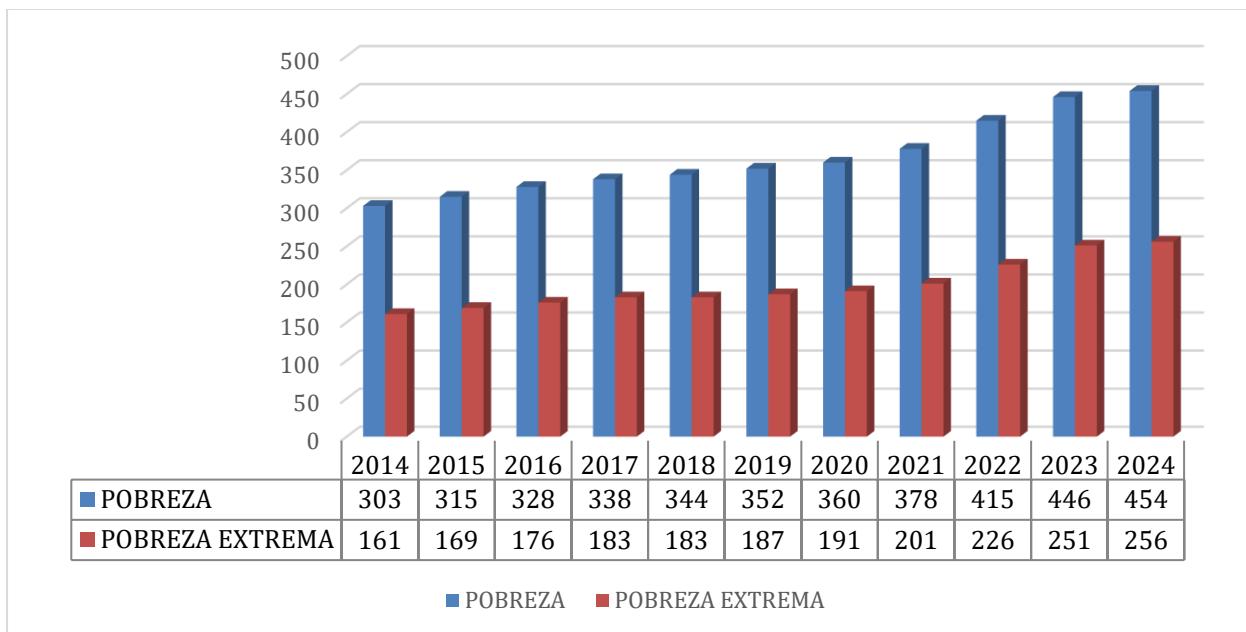
Em 2021, foi registrada uma leve redução nos níveis de pobreza e pobreza extrema, com uma diminuição de 4,2 pontos percentuais e 1 ponto percentual, respectivamente. Esse avanço positivo foi impulsionado pela retomada da economia, pelo levantamento gradual das restrições sanitárias e pela distribuição de auxílios emergenciais em nível nacional, bem como pela entrega de cestas básicas de alimentos (Correa, 2021). No entanto, a partir de 2022, os níveis de pobreza voltaram a aumentar: a incidência da pobreza cresceu 3,1 pontos percentuais, e a pobreza extrema subiu 1,6 pontos percentuais entre 2021 e 2023.

Segundo García (2024), esse aumento representou o primeiro crescimento consecutivo da pobreza em mais de duas décadas. Entre os fatores que explicam essa tendência estão a instabilidade política, que gerou constantes mudanças ministeriais e impediu a continuidade de políticas públicas destinadas ao combate da pobreza. A alta rotatividade de funcionários no Executivo nem sempre foi acompanhada da nomeação de profissionais mais capacitados. Outro fator determinante foi a queda nos preços internacionais dos commodities minerais, como o cobre —um dos principais produtos de exportação do país—, impactando diretamente a economia nacional.

Em 2024, foi registrada uma leve melhora na pobreza monetária, que caiu de 29% para 27,6%, enquanto a pobreza extrema diminuiu apenas 0,2 pontos percentuais, passando de 5,7% em 2023 para 5,5% em 2024. Segundo o INEI (2025), em 2024, a pobreza monetária afetou 9 milhões e 395 mil pessoas, o que representa 39,8% da população rural e 26,4% da população urbana. Quanto à pobreza extrema, foram registrados 1 milhão e 872 mil indivíduos, afetando 16,2% da população rural e 3,2% da população urbana.

A seguir, apresenta-se a Figura 2, que ilustra a evolução do valor da cesta básica correspondente aos patamares de pobreza e pobreza extrema no período compreendido entre os anos de 2014 e 2024.

**Figura 2:** Evolução do valor da cesta básica correspondente aos patamares de pobreza e pobreza extrema, 2014-2024 (expressa em soles peruanos)



Fonte: Elaborado pelos autores (2025) com informações do Instituto Nacional de Estadística e Informática (2025).

Como mostrado na Figura 2, o valor da cesta básica, tanto para a linha de pobreza quanto para a linha de pobreza extrema, seguiu uma tendência de alta entre 2014 e 2024, exceto nos anos de 2017 e 2018, quando o valor da cesta básica da linha de pobreza extrema permaneceu em S/ 183. Segundo o INEI (2025), o custo da cesta associada à linha de pobreza passou de S/ 303 em 2014 para S/ 454 em 2024. Já o valor da cesta básica de alimentos correspondente à linha de pobreza extrema aumentou de S/ 161 para S/ 256 no mesmo período. Esses aumentos representam uma variação acumulada aproximada de 49,8% e 59%, respectivamente.

Diversos estudos indicam que o aumento do valor da cesta básica se deve a vários fatores, como as rupturas na cadeia de abastecimento causadas pela pandemia de COVID-19 em 2020, que geraram um aumento de 14% nos preços globais dos alimentos (Banco Mundial, 2021). Além disso, a invasão da Rússia à Ucrânia em 2022 provocou um aumento significativo nos preços de alimentos, fertilizantes e petróleo, considerando que ambos os países são grandes produtores de produtos agrícolas (trigo e milho) e energia (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2022).

O crescimento contínuo do valor da cesta básica nos últimos dez anos evidencia que, apesar do crescimento econômico, o acesso a bens essenciais se tornou progressivamente mais caro. Como observa Streeten et al. (1981), o crescimento do PIB não garante necessariamente melhorias nas condições de vida. Entre 1950 e 1970, conhecido como o período da “era dourada do capitalismo”, houve um crescimento econômico expressivo, sem que isso resultasse em uma redução significativa das desigualdades ou da pobreza.

Seguindo essa reflexão, o crescimento econômico não deveria ser um fim em si mesmo, mas um meio para garantir o acesso a direitos e necessidades fundamentais. Segundo Streeten et al., é mais importante priorizar a satisfação das necessidades básicas das pessoas, como educação, saúde e alimentação adequada, pois isso não apenas melhora o bem-estar humano, mas também fortalece o desenvolvimento do capital humano e, consequentemente, a produtividade econômica como um todo.

### 3.1 A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO PERU

Desde sua criação, o INEI tem priorizado a medição da pobreza a partir de uma abordagem monetária, atribuindo pouca relevância a outras metodologias alternativas. No entanto, a partir de 2010, o Estado peruano reconheceu oficialmente que a pobreza não pode ser compreendida nem combatida apenas com indicadores econômicos. Por isso, propôs a incorporação de uma abordagem multidimensional que permitisse intervir de forma integrada em diversas carências que afetam a população, como saúde, educação, moradia, conectividade viária, inclusão econômica e justiça.

Essa mudança de paradigma foi institucionalizada com a promulgação da Resolução Suprema N° 097-2010-PCM, que levou à criação de uma comissão consultiva encarregada de incorporar na agenda estatal a discussão metodológica sobre a medição da pobreza multidimensional.

Posteriormente, em 2023, foi promulgado o Decreto Supremo N° 002-2023-MIDIS, que declarou como prioridade nacional a elaboração e aprovação de uma medição oficial da pobreza multidimensional, complementando a medição monetária da pobreza. Esse decreto atribuiu ao INEI a responsabilidade de gerar e publicar indicadores estatísticos que evidenciassem a natureza multidimensional da pobreza. Pode-se interpretar que essa medida também representou uma pressão institucional sobre o INEI e a comissão consultiva, já que, desde sua criação em 2010, haviam se passado 13 anos sem a publicação de um relatório oficial. Finalmente, em novembro de 2023, foi apresentado o primeiro relatório técnico sobre a pobreza multidimensional no Peru, baseado em dados referentes ao ano de 2022. Neste contexto, este estudo analisará o relatório publicado em 2025, construído com base nos dados coletados em 2024.

Em seus relatórios técnicos, o INEI adotou uma metodologia fundamentada na abordagem das capacidades de Amartya Sen (2000) e no método Alkire-Foster<sup>6</sup> (2011), desenvolvido pela Iniciativa sobre Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford, amplamente utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na formulação do Índice de Pobreza Multidimensional.

O sistema proposto para a avaliação da pobreza multidimensional é estruturado em torno de dois pilares: um conjunto de indicadores de privação apresentados em um painel de controle e uma métrica de pobreza multidimensional que segue a abordagem de Alkire e Foster (2011), denominada Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Essa

<sup>6</sup> O método de Alkire e Foster é uma metodologia para medir a pobreza multidimensional que identifica indivíduos ou domicílios com base em um limite de privação simultânea em múltiplas dimensões. Ele calcula uma medida agregada, comumente o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), multiplicando a incidência da pobreza multidimensional pela intensidade média das privações entre os pobres.

medida considera o domicílio como a unidade para identificar a pobreza, mas utiliza o indivíduo como unidade de análise.

O painel de controle é composto por 8 dimensões e 25 indicadores. As dimensões consideradas são: Saúde (6 indicadores), Educação (2 indicadores), Moradia (2 indicadores), Água e saneamento (2 indicadores), Energia (2 indicadores), Emprego e previdência social (5 indicadores), Segurança e conectividade (4 indicadores) e Condições do ambiente populacional (2 indicadores). A seguir, na Tabela 1, apresentam-se as taxas de incidência das oito dimensões e seus indicadores. As informações são fornecidas tanto para o total nacional quanto para a distinção entre áreas urbanas e rurais.

**Tabela 1:** Painel de controle da pobreza multidimensional (2024)

DIMENSÃO	INDICADOR	NACIONAL	ZONA	
			URBANO	RURAL
Saúde	População com carência de atenção médica	32,4%	31,5%	36,6%
	Pressão arterial alta na população de 15 anos ou mais	14,2%	14,8%	11,2%
	População com doenças crônicas	43,5%	44,7%	38,3%
	Prevalência de anemia em crianças de 6 a 35 meses de idade	43,7%	40,2%	51,9%
	Prevalência de desnutrição crônica em menores de 5 anos	12,1%	8,5%	20,9%
	População de 15 anos ou mais com obesidade	25,7%	27,9%	15,6%
Educação	Taxa líquida de ausência escolar da população de 3 a 16 anos	11,5%	11,4%	12,1%
	Carência no nível educacional em pessoas de 17 anos ou mais	20,5%	15,9%	43,1%
	Alunos do quarto ano do ensino fundamental com nível insatisfatório em leitura	67,2%	64,2%	82,7%
	Alunos do quarto ano do ensino fundamental com nível insatisfatório em matemática	70,5%	67,9%	84,3%
	Alunos do segundo ano do ensino médio com nível insatisfatório em leitura*	80,9%	76,9%	94,6%
	Alunos do segundo ano do ensino médio com nível insatisfatório em matemática*	87,3%	84,8%	95,9%
	Avaliação negativa da infraestrutura da escola de ensino básico frequentada	15,6%	14,4%	19,5%
	Avaliação negativa dos equipamentos da escola de ensino básico frequentada	19,2%	18,1%	22,9%
Habitação e entorno	População em residências com superlotação	6,3%	5,5%	10,1%
	População em residências com piso predominantemente de terra	20,9%	11,6%	59,8%
	População urbana exposta a algum tipo de desastre	-	17,2%	-
Serviços básicos	População sem água gerenciada de maneira segura	72,7%	66,9%	96,5%
	População sem rede de esgoto ou outras formas de disposição sanitária de excretas	20,4%	11,9%	56,5%
	População urbana sem acesso ou insatisfeita com serviço de coleta domiciliar de resíduos sólidos	-	29,9%	-
Energia	População sem acesso à energia elétrica pela rede pública ou com acesso inadequado	45,2%	40,3%	66,5%
	População que utiliza combustíveis sólidos poluentes para cozinhar	43,9%	32,3%	92,7%
Emprego e previdência social	Taxa de subemprego na população de 14 a 60 anos de idade	42%	36,1%	70,2%
	População em desemprego aberto e oculto	7,4%	8,4%	3%
	População em idade de trabalhar não afiliada a um sistema de pensões	65,4%	61,3%	86,6%
	População ocupada com emprego informal	70,9%	65,4%	94,5%
Segurança	População urbana de 15 anos ou mais vítima de algum crime	27,1%	-	-
	Violência contra a mulher de 15 a 49 anos, exercida pelo cônjuge ou companheiro nos últimos 12 meses	33,9%	34,1%	33,2%
Conectividade	População de 6 anos ou mais que não faz uso da internet	20,6%	15,8%	41,6%

\* Nesses indicadores, o Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) só tem dados disponíveis até o ano 2022.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025) com informações do Instituto Nacional de Estadística e Informática (2025).

Para a presente análise, foram selecionadas cinco das oito dimensões apresentadas na Tabela 1: Saúde, Educação, Habitação e ambiente, Serviços básicos e Emprego e previdência social. Embora as demais dimensões sejam relevantes, a escolha dessas se baseia em seu papel fundamental na reprodução estrutural da pobreza no Peru, bem como em sua capacidade de oferecer uma representação abrangente da pobreza multidimensional. Vale destacar que, dentro de cada dimensão, serão analisados apenas dois indicadores específicos.

### 3.1.1 Dimensão Saúde

Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Informática (2025), a carência de atendimento médico refere-se às pessoas que, tendo enfrentado algum problema de saúde nas últimas quatro semanas, receberam atendimento inadequado ou optaram por não buscar assistência médica por razões distintas da percepção de que o problema não era grave ou urgente. Em 2024, 32,4% da população nacional apresentou essa carência, sendo mais elevada na zona rural (36,6%) do que na zona urbana (31,5%). A privação afeta especialmente as mulheres (34,3%), os idosos (36,9%) —considerados aqueles com 60 anos ou mais— e pessoas com deficiência (43,6%).

O segundo indicador, referente à população com doenças crônicas, abrange pessoas que sofrem de alguma enfermidade ou condição crônica (artrite, hipertensão, asma, reumatismo, diabetes, tuberculose, HIV, colesterol elevado, etc.). O INEI informa que 43,5% da população peruana sofre de alguma dessas condições. Ao desagregar esse indicador por faixa etária, destaca-se o grupo entre 18 e 59 anos, que apresenta um alto nível de afetados (46,1%). Esse grupo é especialmente relevante, pois inclui jovens e adultos que compõem uma parcela significativa da População Economicamente Ativa (PEA). Sua importância reside no fato de que, geralmente, têm maior energia e capacidade física para desempenhar atividades laborais, tornando-se um pilar essencial para o desenvolvimento econômico do país.

### 3.1.2 Dimensão Educação

O primeiro indicador analisado é a taxa líquida de ausência escolar da população de 3 a 16 anos. Considera-se em situação de carência aqueles que não frequentam nenhuma instituição educacional ou que não estão matriculados no nível adequado à sua idade. A nível nacional, essa taxa é de 11,5%, com valores semelhantes nas áreas urbanas (11,4%) e rurais (13,6%).

O segundo indicador refere-se à carência no alcance educacional, abrangendo indivíduos de 17 anos ou mais que não concluíram pelo menos o ensino médio e que atualmente não frequentam nenhuma instituição de ensino ou programa educacional. Segundo os dados do INEI, 20,5% da população nacional encontra-se nessa situação. Essa privação é particularmente grave em algumas regiões da serra, como Huánuco, Cajamarca, San Martín e Ayacucho, onde mais de 30% da população não completou o ensino secundário.

### 3.1.3 Dimensão Habitação e Entorno

Quanto ao indicador de população em moradias superlotadas, considera-se em carência a população que vive em residências onde há mais de três pessoas por cômodo, sem contar banheiro, cozinha, corredores ou garagem. No nível nacional, 6,3% da população vive em habitações superlotadas, com uma incidência maior nas áreas rurais (10,1%) em comparação às urbanas (5,5%), representando uma diferença de 4,6 pontos percentuais.

Já o indicador de exposição da população urbana a desastres naturais considera em situação de carência aqueles que vivem em áreas expostas a riscos como inundações, encostas instáveis, deslizamentos de terra, desmoronamentos ou avalanches. Nacionalmente, 17,2% da população urbana encontra-se vulnerável a esses perigos.

### 3.1.4 Dimensão Serviços Básicos

Nesta dimensão, são analisados os indicadores de população sem acesso a água gerida de forma segura e sem sistema de saneamento adequado. O primeiro indicador classifica como carentes os lares onde a água não provém de uma rede pública, é obtida de fontes comunitárias, não está disponível 24 horas por dia ou não atende aos padrões de cloração. Em 2024, 72,7% da população peruana não tinha acesso a água gerida de maneira segura. Em 15 dos 24 departamentos do país, 90% da população encontra-se nessa condição (Instituto Nacional de Estatística e Informática, 2025).

O segundo indicador inclui os lares que não possuem banheiro ou sistema sanitário conectado a uma das seguintes estruturas: fossa séptica, tanque séptico ou biodigestor; poço cego ou negro; corpos de água como rios, canais ou acequias; espaços abertos ao ar livre ou qualquer outro tipo de disposição inadequada. No nível nacional, 20,4% da população encontra-se nessa situação, sendo muito mais grave nas zonas rurais, onde o percentual sobe para 56,5%, evidenciando a grande deficiência de infraestrutura de saneamento fora dos centros urbanos.

### 3.1.5 Dimensão Emprego e Previdência Social

O primeiro indicador analisa a taxa de subemprego na população entre 14 e 60 anos, medindo a proporção da População Economicamente Ativa (PEA) que está subempregada, seja por insuficiência de horas trabalhadas ou baixa remuneração. No nível nacional, 42% da PEA encontra-se subempregada. Essa situação afeta mais as mulheres (51,9%) do que os homens (33,7%). Nas áreas rurais, o índice chega a 70,2%, comparado a 36,1% nas áreas urbanas.

O segundo indicador trata da ausência de filiação a um sistema de previdência entre a população em idade produtiva. Em 2024, 65,4% da população nacional não estava afiliada a nenhum sistema de previdência. Essa carência afeta 61,3% da população urbana e 86,6% da população rural. Mesmo entre os idosos, 62,2% não possuem filiação previdenciária, refletindo um sistema de aposentadoria com cobertura limitada e excludente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza é um fenômeno social persistente, abordado historicamente a partir de múltiplas perspectivas, sendo a econômica a mais dominante. Durante décadas,

assumiu-se que o crescimento do Produto Interno Bruto levaria automaticamente à erradicação da pobreza. No entanto, a experiência histórica demonstrou que, mesmo em períodos de alto crescimento econômico, como na era dourada do capitalismo, a pobreza não se resolve apenas com melhorias na renda nacional.

A abordagem estritamente econômica tem invisibilizado dimensões fundamentais da pobreza. As propostas teóricas de autores como Amartya Sen (2000) e Udaya Wagle (2002) oferecem uma visão mais ampla, abordando conceitos como necessidades básicas, capacidades humanas e exclusão social. A abordagem multidimensional permite compreender a pobreza não apenas como privação de renda, mas como uma restrição de liberdades e oportunidades essenciais para o desenvolvimento humano. Elementos como educação, participação política e acesso a serviços básicos nem sempre estão condicionados exclusivamente à renda monetária.

Esse enfoque tem ganhado relevância em organismos internacionais e governos latino-americanos, que começaram a incorporar o Índice de Pobreza Multidimensional em seus marcos normativos. No Peru, apesar de o Instituto Nacional de Estatística e Informática, criado na década de 1990, tenha inicialmente adotado uma abordagem monetária para definir e medir a pobreza, desde 2010 o Estado peruano tem reconhecido a necessidade de uma abordagem mais ampla, iniciando assim o desenvolvimento de uma metodologia oficial para sua medição multidimensional.

Os resultados analisados mostram que as taxas de privação em cada uma das oito dimensões que compõem o Índice da Pobreza Multidimensional são significativamente mais elevadas na população rural em comparação com a urbana. Essa disparidade evidencia uma orientação persistente das políticas públicas majoritariamente voltada para as áreas urbanas, em detrimento das regiões rurais. Como consequência, amplos setores da população que vivem fora dos centros urbanos continuam enfrentando dificuldades substanciais no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, saneamento e outros serviços básicos. Enfrentar essas desigualdades requer uma atuação mais equitativa e territorialmente inclusiva por parte do Estado peruano, voltada para o fortalecimento das capacidades humanas e sociais, sobretudo nos territórios rurais mais vulneráveis.

O alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, referente a erradicação da pobreza, e 10, que trata da redução das desigualdades requer a incorporação consistente e transversal da abordagem multidimensional no ciclo das políticas públicas nacionais, desde a formulação até a implementação e avaliação. As elevadas taxas de pobreza multidimensional, particularmente nas zonas rurais, não apenas evidenciam as limitações das abordagens tradicionais baseadas exclusivamente na renda, como também revelam falhas sistêmicas na provisão de serviços públicos e na distribuição equitativa de oportunidades. Dessa forma, a adoção efetiva de um enfoque multidimensional não é apenas uma necessidade técnica, mas também um imperativo ético e político para que o Peru avance no cumprimento dos compromissos assumidos com a comunidade internacional.

## REFERÊNCIAS

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of Public Economics**, v. 95, p. 476-487, 2011.

ARGENTNA. Instituto Nacional de Estadística y Censos. **La medición de la pobreza y la indigencia en la Argentina.** Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2016. Disponível em: [https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/sociedad/EPH\\_metodologia\\_22\\_pobreza.pdf](https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/sociedad/EPH_metodologia_22_pobreza.pdf). Acesso em: 05 jun. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Perú Panorama general.** World Bank, 2025. Disponível em: <https://www.bancomundial.org/es/country/peru/overview>. Acesso em: 05 jun. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Ajuste en las líneas mundiales de pobreza.** World Bank, 2022. Reseña. Disponível em: <https://www.bancomundial.org/es/news/factsheet/2022/05/02/fact-sheet-an-adjustment-to-global-poverty-lines>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BOLTVINIK, J. Medición multidimensional de la pobreza. AL de precursora a rezagada. **Revista Sociedad y Equidad**, [S. I.], n. 5, 2013. Disponível em: <https://sye.uchile.cl/index.php/RSE/article/view/26337>. Acesso em: 2 jun. 2025.

CORREA, A. Protección social y lucha contra la pobreza. In: TELLO, K (coord.). **Proyecto Perú Debate 2021: propuestas hacia un mejor gobierno.** 1. ed. Lima: 2021. p. 3-28.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA. **Panorama Social de América Latina 2021.** Santiago: 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47718-panorama-social-america-latina-2021>. Acesso em: 5 jun. 2025.

Comisión Económica para América Latina. **Metodología de la Canasta Básica Alimentaria (CBA) para la construcción de líneas de pobreza.** 2023. Disponível em: [https://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/cepal-metodologia-cbs-medicion-pobreza-2023.pdf?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/cepal-metodologia-cbs-medicion-pobreza-2023.pdf?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 6 jun. 2025.

COLOMBIA. Departamento Administrativo Nacional de Estadística. **Formas de medir la pobreza en Colombia.** 2025. Disponível em: <https://dane70.dane.gov.co/los-hitos/operaciones-estadisticas/formas-de-medir-la-pobreza-en-colombia>. Acesso em: 5 jun. 2025.

CHILE. Ministerio de Desarrollo Social. **Nueva Metodología de Medición de la Pobreza por Ingresos y Multidimensional.** 2015. Disponível em: [https://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/storage/docs/casen/2013/Nueva\\_Metodologia\\_de\\_Medicion\\_de\\_Pobreza.pdf](https://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/storage/docs/casen/2013/Nueva_Metodologia_de_Medicion_de_Pobreza.pdf). Acesso em: 5 jun. 2025.

Costa Rica. Instituto Nacional de Estadística y Censos. **Encuesta Nacional de Hogares Julio 2024.** Resultados Generales. San José: 2024. Disponível em: <https://online.fliphtml5.com/mweex/pasi/#p=1>. Acesso em: 5 jun. 2025.

ESCOBEDO, I. Inestabilidad en Perú: seis presidentes en seis años. **Deutsche Welle**, 30 jan. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/es/inestabilidad-pol%C3%ADtica-en-per%C3%BA-seis-presidentes-en-seis-a%C3%B1os/a-64561587>. Acesso em: 5 jun. 2025

EVANS, Peter. **Embedded autonomy: states and industrial transformation.** Princeton: Princeton University Press, 1995.

FUKUYAMA, Francis. What is governance? **Governance**, v. 26, n. 3, p. 347-368, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gove.12035>. Acesso em: 5 jun. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The state of food security and nutrition in the world**. Roma: 2022. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/67b1e9c7-1a7f-4dc6-a19e-f6472a4ea83a/content>. Acesso em: 5 jun. 2025.

GARCÍA, O. Puntoedu. **En el 2023, la pobreza en el Perú llegó a 29% ¿por qué se ha dado este incremento y qué debió hacerse?**. 2024. Disponível em: <https://puntoedu.pucp.edu.pe/coyuntura/2023-pobreza-29-por-que-incremento-y-que-debio-hacerse/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

GRINDLE, Merilee S. Good governance: the inflation of an idea. **HKS Faculty Research Working Paper Series**, John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2010. Disponível em: <https://www.hks.harvard.edu/publications/good-governance-inflation-idea>. Acesso em: 03 jun. 2025.

HUAMAN, J. R. Impacto económico y social de la COVID-19 en el Perú. **Revista de Ciencia e Investigación en Defensa-CAEN**, v. 2, n1, p. 31-42, 2021. Disponível em: <https://recide.caen.edu.pe/index.php/recide/article/view/51/38>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MÉXICO. Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social. **Metodología para la medición multidimensional de la pobreza en México**. Ciudad de México: Consejo Nacional de Evaluación de Política de Desarrollo Social. 2019. Disponível em: <https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Paginas/Metodologia.aspx>. Acesso em: 5 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible**. 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/es/2030agenda>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PERU. Instituto Nacional de Estadística e Informática. **Evolución de la Pobreza Monetaria 2015-2024**. Lima, mai. 2025. Disponível em: <https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/8037677/6749463-evolucion-de-la-pobreza-monetaria-2015-2024.pdf?v=1746719510>. Acesso em: 5 jun. 2025.

PERU. Instituto Nacional de Estadística e Informática. **Perú: Medición de la Pobreza Multidimensional, Dimensiones e Indicadores (Revisión 2023)**. Lima, nov. 2023. Disponível em: [https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/5402872/4833930-informe-tecnico-medicion-de-la-pobreza-multidimensional-revision-2023\(2\).pdf?v=1712328912%20](https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/5402872/4833930-informe-tecnico-medicion-de-la-pobreza-multidimensional-revision-2023(2).pdf?v=1712328912%20). Acesso em: 5 jun. 2025.

PERU. Instituto Nacional de Estadística e Informática. **Evolución de los indicadores de pobreza multidimensional, 2015-2024**. Lima, 2025. Disponível em: <https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/8150471/6823750-informe-tecnico-evolucion-de-los-indicadores-de-pobreza-multidimensional-2015-2024.pdf?v=1748714450>. Acesso em: 5 jun. 2025.

PERU. Presidencia del Consejo de Ministros. Resolución Suprema N° 097-2010 PCM, de 13 de abril de 2010. **Diário Oficial da República do Peru**, Lima, 3 abr. de 2010.

PERU. Ministerio de Inclusion y Desarrollo Social. Decreto Supremo N° 002-2023, de 27 de julho de 2023. Decreto Supremo que declara de prioridad nacional la elaboración y aprobación de la medición oficial de la pobreza multidimensional y establece disposiciones para su aprobación e implementación. **Diário Oficial da República do Peru**, Lima, 27 jul. de 2023.

PIERRE, Jon; PETERS, B. Guy. **Governance, politics and the state**. Londres: Macmillan, 2000.

RHODES, R. A. W. **The new governance: governing without government**. Political Studies, v. 44, n. 4, p. 652–667, 1996.

SERRA, A.S; MAIA, A.G; YALONETZKY, G. **Mensuração da pobreza no Brasil: uma abordagem multidimensional. Relatório Final**. 2023. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo\\_pesquisa/estudo\\_pesquisa\\_297.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_297.pdf). Acesso em: 5 jun. 2025.

SARTORI, G. **The Theory of Democracy revisited**. New Jersey: Chatham House Publishers, 1987.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2000.

WAGLE, U. Rethinking poverty: definition and measurement. **International Social Science Journal**, v.54, n.1, p. 155-165, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00366>. Acesso em: 5 jun. 2025.

Recebido em: 07/07/2025

Aprovado em: 25/08/2025